

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4-7
Balancos patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Demonstração dos resultados abrangentes	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Desempenho nos Negócios

- **Resultados**

O Conglomerado Prudencial apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 10.794 (prejuízo de R\$ 839 em 2019). Apesar do resultado adverso, o Banco vem expandindo consideravelmente sua carteira sob gestão através da prospecção de novos agentes autônomos e de novas parcerias. Isso pode ser comprovado na evolução de alguns números, como por exemplo o crescimento no resultado bruto da intermediação financeira que saltou dos R\$ 23.413 em 2019 para R\$ 40.032 em 2020, representando uma evolução de 71%. Desta forma, o Banco vem se consolidando no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- **Agência de Rating**

É com muito orgulho que compartilhamos a primeira avaliação nacional realizada pela **Fitch Ratings**, que concedeu a nota **AAA(bra)** com perspectiva estável para o Andbank Brasil, a mais alta na escala de avaliação da agência.

O aumento rápido do número de clientes e do volume dos nossos negócios no Brasil por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, a alta capacidade de suporte do grupo Andbank e os novos aportes que são esperados para que o Andbank Brasil possa desenvolver sua operação localmente, são alguns dos diferenciais relatados pela Fitch.

O fato de sermos uma filial de um grupo que possui presença em diversos mercados e que conta com um modelo de negócio especializado na gestão de patrimônio, principalmente em private banking, resulta em uma capacidade única de boas oportunidades de originação de negócios, direcionadas especialmente para nossos clientes.

Esta conquista destaca, entre muitos outros pontos, a importância estratégica do Brasil para a expansão internacional do grupo Andbank, que considera o país um dos mercados com maior potencial de crescimento a longo prazo.

Entendemos que a nota máxima emitida pela agência confirma a solidez do nosso banco, o comprometimento da matriz com a operação brasileira e o excelente trabalho que toda uma equipe vem realizando.

Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2019 e de 2020:

	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PR Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
<u>2019</u>			
Março	151.237	15.310	79,0%
Junho	150.414	15.040	80,0%
Setembro	150.787	19.646	61,4%
Dezembro	88.744	19.334	36,7%
<u>2020</u>			
Março	89.457	21.425	33,4%
Junho	82.522	22.385	29,5%
Setembro	65.319	18.788	27,8%
Dezembro (<i>antes do aumento capital</i>)	(a) 4.058	18.049	1,00%
Dezembro (<i>após aumento capital</i>)	(a) 37.560	18.691	16,1%

(a) Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019, este acordo proporcionou um crescimento expressivo nos ativos sobre distribuição do Banco, incrementando as receitas com intermediação e de serviços. Em dezembro de 2020, foi realizada a apuração do valor total desta combinação de negócios através do estudo de alocação de preços (“Purchase Price Allocation”) que precificou a operação em R\$ 56.296. Este montante, foi registrado como ativo intangível no balanço patrimonial da entidade, reduzindo seu patrimônio de referência para R\$ 4.058 e, por consequência, o índice de Basileia reduziu para 1,00%. Entretanto, em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 30.155, o qual foi aprovado pelo Banco Central em 20 de janeiro de 2021. Com esse aumento o patrimônio de referência e índice de Basileia, passa para os valores de R\$ 37.560 e 16,07%, respectivamente. Ressaltamos que o Banco Andbank Brasil conta com o compromisso e a capacidade de seu controlador em realizar aportes quando necessário.

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

COVID-19

A Administração tem monitorado constantemente os impactos ocasionados referente aos acontecimentos oriundos do COVID-19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro.

Apesar do impacto imediato apresentado no início da pandemia, mais especificamente entre os meses de março e maio de 2020, ocasionado principalmente pela desvalorização do real e pela redução dos ativos sobre administração. O 2º. semestre de 2020 foi de recuperação e retomada dos ingressos de ativos.

Desta forma, a Administração julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomada de decisão.

O Andbank tomou todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, adaptando sua forma de relacionamento com os clientes e parceiros, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

Referente aos colaboradores do Andbank, o Banco realizou testes em todos seus colaboradores e reforçou seu compromisso com a transformação, mantendo toda sua estrutura no modelo de home office.

São Paulo, 19 de março de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global" não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de class global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações, em 29 de março de 2021.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes de retificação de erros de períodos anteriores, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 30 de março de 2020, o qual não conteve nenhuma modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; portanto, não expressamos opinião nem outra forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Guilherme Jorge Dagli Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

Balço patrimonial do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro 2020	Dezembro 2019 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro 2020	Dezembro 2019 (Reapresentado)
Circulante		186.384	97.616	Circulante		158.904	60.417
Disponibilidades	3	49.645	16.619	Depósitos	12	119.967	24.958
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		71.149	52.391	Depósitos à vista		50.654	24.723
Carteira própria	4 a.	35.470	11.259	Depósitos a prazo		69.313	235
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	32.346	32.163	Outras obrigações		38.937	35.459
Instrumento financeiro derivativo	4 c.	3.333	8.969	Cobrança e arrecadação de tributos	13 a.	22	1.025
Relações interfinanceiras	5	889	372	Negociação e intermediação de valores	13 c.	12.795	4.362
Créditos vinculados		889	372	Obrigações fiscais e previdenciárias correntes e diferidos	13 a.	2.123	3.125
Operações de crédito		29.927	2.876	Diversas	13 b.	23.997	26.947
Setor privado	6	29.929	3.016	Não circulante		66.525	32.428
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(2)	(140)	Depósitos	12	21.169	4.885
Outros créditos		29.969	24.283	Depósitos a prazo		21.169	4.885
Rendas a receber	8 a.	4.102	3.163	Outras obrigações		45.356	27.543
Ativo fiscal corrente e diferido	8 b.	6.438	308	Diversas	13 b.	45.356	27.543
Diversos	8 b.	19.429	20.812	Resultado de exercícios futuros		-	294
Outros valores e bens	10	4.805	1.075	Receitas de exercícios futuros		-	294
Outros valores e bens		2.795	-				
Despesas antecipadas		2.010	1.075				
Não circulante		102.086	91.599	Patrimônio líquido	16	198.703	179.482
Títulos e valores mobiliários		35.723	35.011	Capital		251.871	221.716
Carteira própria	4 a.	13.983	32.917	De domiciliados no exterior	16.a	251.871	221.716
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	21.740	2.094	Reserva de capital	16.b	2.743	2.917
Operações de crédito		24.932	4.936	Ajustes de avaliação patrimonial	16.d	(105)	36
Setor privado	6	25.075	4.961	Prejuízos acumulados		(55.806)	(45.187)
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(143)	(25)				
Outros créditos		37.040	29.536				
Ativo fiscal corrente e diferido	8 b.	26.975	29.220				
Diversos	8 b.	10.065	316				
Outros valores e bens	10	4.391	22.116				
Outros valores e bens		306	3.101				
Despesas antecipadas		4.113	19.043				
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	(28)				
Permanente		135.662	83.406				
Imobilizado de uso	11 a.	3.920	4.151				
Outras imobilizações de uso		8.717	9.128				
(Depreciações acumuladas)		(4.797)	(4.977)				
Intangível	11 b.	131.742	79.255				
Ativos intangíveis		65.276	58.084				
Ágio na combinação de negócios		80.327	26.377				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
(Amortizações acumuladas)		(14.534)	(5.879)				
Total do ativo		424.132	272.621	Total do passivo e do Patrimônio líquido		424.132	272.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do conglomerado prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2o. Semestre 2020	2020	2019 (Reapresentado)
Receitas da intermediação financeira		18.610	40.926	24.612
Operações de crédito		2.046	2.775	379
Resultado com títulos e valores mobiliários e Aplic. interfinanceiras de liquidez	4 e.	16.787	36.017	24.076
Resultado de Operações de Câmbio		(223)	2.134	157
Despesas da intermediação financeira		(550)	(894)	(1.199)
Operações de captação no mercado		(765)	(914)	(1.034)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	215	20	(165)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.060	40.032	23.413
Outras receitas/despesas operacionais		(33.118)	(54.614)	(27.341)
Receitas de prestação de serviços	17	26.574	46.266	26.108
Despesas de pessoal	18	(15.357)	(29.875)	(20.898)
Outras despesas administrativas	19	(36.695)	(60.849)	(27.284)
Despesas tributárias		(3.610)	(6.226)	(3.752)
Resultado de investimentos em controladas	23	-	-	-
Outras receitas operacionais	20	18.937	26.768	4.632
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(407)	(1.060)	(1.258)
Outras despesas operacionais	21	(22.560)	(29.638)	(4.889)
Resultado operacional		(15.058)	(14.582)	(3.928)
Resultado não operacional		(5)	(5)	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(15.063)	(14.587)	(3.928)
Imposto de renda e contribuição social		5.263	3.793	3.089
Imposto diferido	22	3.189	3.799	3.163
Imposto de renda	22	1.147	(3)	(37)
Contribuição social	22	927	(3)	(37)
Prejuízo do semestre / exercício		(9.800)	(10.794)	(839)
Quantidade de ações ordinárias		442.268.980	375.313.370	375.313.370
Prejuízo por ação - R\$		(0,02216)	(0,02876)	(0,00224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente do conglomerado prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	2o. Semestre 2020	2020	2019
Prejuízo líquido do semestre / exercício	(9.800)	(10.794)	(839)
Ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	(53)	(141)	(101)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	174	-
Resultado abrangente total	(9.766)	(10.761)	(940)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		221.145	95	137	(44.348)	177.029
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(101)	-	(101)
Aumento do capital social (aprovado pelo Bacen em 10/05/2019)	16	571	-	-	-	571
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	1	-	2.822	-	-	2.822
Resultado do exercício		-	-	-	(839)	(839)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		221.716	2.917	36	(45.187)	179.482
Saldo em 1º de janeiro de 2020		221.716	2.917	36	(45.187)	179.482
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(141)	-	(141)
Aumento do capital social (aprovado pelo Bacen em 20/01/2021)	16	30.155	-	-	-	30.155
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(10.794)	(10.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		251.871	2.743	(105)	(55.806)	198.703
Saldo em 1º de julho de 2020		221.716	2.830	(52)	(46.093)	178.401
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(53)	-	(53)
Aumento do capital social (aprovado pelo Bacen em 20/01/2021)	16	30.155	-	-	-	30.155
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(9.800)	(9.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		251.871	2.743	(105)	(55.806)	198.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2020	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre / exercício		(9.800)	(10.794)	(839)
Depreciação e amortização	21	2.511	5.618	3.648
Resultado de investimentos em controladas	23	(38)	-	-
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(215)	(20)	165
Provisão para riscos	14	407	1.060	1.258
Amortização ágio	21	2.688	5.409	135
Atualização de depósito judicial		(91)	(346)	(857)
Impostos diferidos	22	(3.189)	(3.799)	(3.163)
Lucro (Prejuízo) ajustado		(7.727)	(2.872)	347
Variação de ativos e passivos		70.184	69.026	(17.528)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(41.903)	(19.611)	(39.747)
Redução em relações interfinanceiras		(266)	(517)	(227)
Aumento em operações de crédito		(16.548)	(47.027)	(7.282)
Redução (Aumento) em outros créditos e outros valores e bens		29.061	4.951	(4.843)
Aumento (Redução) em depósitos		85.797	111.293	(4.631)
Aumento em outras obrigações		14.295	20.231	39.286
Redução em resultado de exercícios futuros		(252)	(294)	(84)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades operacionais		62.457	66.154	(17.181)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de coligadas		-	-	154
Aquisição de intangível		(62.594)	(63.283)	(60.244)
Aquisição de imobilizado		1.423	-	(7.569)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(61.171)	(63.283)	(67.659)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	16	30.155	30.155	389
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		30.155	30.155	389
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		31.441	33.026	(84.451)
Disponibilidades no início do período		18.204	16.619	101.070
Disponibilidades no final do período	3	49.645	49.645	16.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros.

O Banco continua em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil tem aumentado significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23 de março de 2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos (“Triar”) e em 03 de julho de 2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda (“Capital”).

Conforme Ata da assembleia geral extraordinária de 15 de fevereiro de 2019, a Administração do Banco Andbank aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. A incorporação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	Saldo em 30.06.2018	Variação Patrimonial	Saldo em 15.02.2019
Disponibilidade	92	389	481
Títulos e Valores Mobiliários	385	(385)	-
Outros Créditos	95	5	100
Permanente	3.411	(101)	3.310
Total do Ativo	3.983	(92)	3.891
Outras Obrigações	-	(1)	(1)
Patrimônio Líquido	3.983	(91)	3.892
Total do Passivo	3.983	(92)	3.891

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial (“Conglomerado” ou “Banco”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerá as do BACEN.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, de propósito especial, foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – BACEN.

Conforme Resolução CMN n.º 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes.

Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrente do Banco (nota 27).

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta Andbank DTVM (99,98% de participação do Banco).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2021.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 23, foram efetuados ajustes no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e nas Notas Explicativas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2019		31.12.2019
	Original	Ajuste	Reapresentado
<u>Balanço Patrimonial</u>			
Ativo permanente			
Outras imobilizações de uso (a)	17.300	(8.172)	9.128
Ativos intangíveis (a)	49.912	8.172	58.084
Passivo circulante			
Fiscais e previdenciárias (b)	1.469	1.656	3.125
Diversos (c)	26.263	685	26.947
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados (b)	(43.155)	(2.032)	(45.187)
<u>Notas Explicativas</u>			
11.a. Imobilizado de uso			
Instalações, móveis e equipamentos de uso (a)	11.013	(8.172)	2.841
11.b. Ativos intangíveis			
Ativos intangíveis (a)	44.878	8.172	53.050
13.a. Fiscais e previdenciárias			
Impostos e contribuições a recolher (b)	1.439	1.656	3.095
13.b. Diversas			
Despesas de pessoal	3.150	685	3.835
<u>Demonstração do Resultado</u>			
Despesas de pessoal (c)	(20.213)	(685)	(20.898)
Despesas tributárias (b)	(3.298)	(454)	(3.752)
Ativo fiscal diferido	2.855	308	3.163

- a) Representa gastos no desenvolvimento de sistemas, reclassificados para melhor apresentação.
- b) Representa provisionamento complementar referente ao ISS sobre exportação de serviços.
- c) Representa provisão de remuneração variável.

2.3 Principais práticas contábeis

2.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.3.3 *Títulos e valores mobiliários*

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

2.3.4 *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.3.5 *Operações de crédito*

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.3.6 **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.3.7 **Imobilizado de uso**

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.3.8 **Ativos intangíveis**

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.3.9 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)**

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

No exercício de 2019, o Banco reconheceu perda por “impairment” sobre o ágio advindo da incorporação reversa de sua controladora (vide nota 1), no valor de R\$8.505, registrados na rubrica outras despesas operacionais. No mesmo período, foi reconhecido reversão com provisão do referido ágio no mesmo montante, registrados na mesma rubrica.

Em 2020, a perda por “impairment” reconhecida pelo Banco foi de R\$925, referente a antiga plataforma Andbank (front-end), substituída em junho 2020. E de R\$10.502, referente a projetos de tecnologia.

2.3.10 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021 apenas ao Banco.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 4º da Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

2.3.11 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.3.12 Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.3.13 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;
- **Provisões** – referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.3.14 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.3.15 *Combinações de negócios*

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA – “Purchase Price Allocation”) e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.3.16 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.17 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.3.18 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.3.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

2.3.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.3.21 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.
- **CPC 41** - Resultado por ação – homologado pela Circular 3.959/19. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º. da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento.
- **CPC 46** - Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Disponibilidades

	2020	2019
Disponibilidades	110	3.398
Disponibilidade em moeda estrangeira	232	1.719
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	49.303	11.502
Total	49.645	16.619

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	2020			2019		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
<i>Carteira própria:</i>						
Letras financeiras	5.722	5.832	110	-	-	-
Letra de crédito do agronegócio	117	119	2	-	-	-
Debêntures	-	-	-	6.224	6.207	(17)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	822	821	(1)
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	2.357	2.357	-
Certificado de depósitos bancários	133	133	-	-	-	-
	5.972	6.084	112	9.403	9.385	(18)
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Cotas de fundos de investimentos (iii)	2.997	2.997	-	2.931	2.931	-
	2.997	2.997	-	2.931	2.931	-
Subtotal	8.969	9.081	112	12.334	12.316	(18)
Títulos Disponível para venda						
<i>Carteira própria:</i>						
Letras financeiras do tesouro	39.705	40.095	390	14.633	14.632	(1)
Debêntures	167	167	-	-	-	-
Certificados de recebíveis agrícolas	95	98	3	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	12	12	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	20.092	20.159	67
	39.979	40.372	393	34.725	34.791	66
<i>Vinculados ao Banco Central (iv):</i>						
Letras financeiras do tesouro	30.200	30.195	(5)	-	-	-
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Letras financeiras do tesouro	24.239	23.891	(348)	31.326	31.326	-
	54.439	54.086	(353)	31.326	31.326	-
Subtotal	94.418	94.458	40	66.051	66.117	66
Total	103.387	103.539	152	78.385	78.433	48

- i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foram apurados com informações de nível I, para aqueles com preços divulgado no mercado financeiro e nível II para os demais, utilizando-se de taxas praticados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel.
- iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço.
- iv) Representam títulos vinculados ao aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	2020	2019
Sem vencimento	2.997	2.931
A vencer até 360 dias	58.987	31.342
A vencer acima de 360 dias	41.555	44.160
Total	103.539	78.433

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	Contraparte	2020			2019	
		Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo
Termo de moedas (NDF)						
Dólar (PTAX) x REAL	Inst. Financeira	119.524	3.399	(66)	3.333	8.969
Contratos de futuro						
Dólar (PTAX)	B3	Posição Compra	Valor Referencial 119.558		Ajuste de posição (350)	Ajuste de posição (1.590)

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP.

A operação de NDF e seu hedge (Futuro de Dólar) possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 23.891 (R\$ 31.326 em 2019). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

d. Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos

	2020	2019
Ativo		
NDF		
Até 3 meses	-	8.969
De 3 meses a 6 meses	3.333	-
Total	3.333	8.969
Passivo		
Futuros Dólar		
Até 3 meses	(350)	(1.590)
Total	(350)	(1.590)

e. Resultados reconhecidos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2º. Semestre		
	2020	2020	2019
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	533	1.042	3.491
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	9.199	21.876	16.798
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	12.655	8.215	34.525
Resultado sobre contrato de futuro	(5.600)	4.884	(30.738)
Total	16.787	36.017	24.076

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 622 (R\$ 75 em 2019).

O valor de ajuste de marcação a mercado, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31 de dezembro de 2020 foi de perda R\$ 190 (ganho de R\$ 66 em 2019) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2020	2019
Cédula de crédito bancário (CCB)	50.712	6.651
Adiantamento a depositantes	4.292	1.326
Subtotal operações de crédito	55.004	7.977
Outros créditos (vide nota 8b)	-	293
Total	55.004	8.270
Ativo circulante	29.929	3.100
Ativo não circulante	25.075	5.170

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2020				2019	
	A vencer		Vencidos		Total	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	3.743	7,38	4.292	100,00	1.787	21,61
De 91 a 180 dias	9.058	17,86	-	-	449	5,43
De 181 a 360 dias	12.836	25,31	-	-	863	10,44
Acima 360 dias	25.075	49,45	-	-	5.171	62,53
Total	50.712	100,00	4.292	100,00	8.270	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	2020		2019	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>				
Serviços	3.028	5,51	293	3,54
Pessoas físicas	51.976	94,49	7.977	96,46
Total	55.004	100,00	8.270	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2020		2019	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	7.297	13,27	3.329	40,25
Dez maiores seguintes	30.630	55,69	4.941	59,75
Demais devedores	17.077	31,05	-	-
Total	55.004	100,00	8.270	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	2020				2019	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	28.516	-	28.516	-	293	-
A	0,5	21.293	4.257	25.550	(128)	6.660	(33)
B	1,0	903	7	910	(9)	-	-
D	10,0	-	-	-	-	1.317	(132)
E	30,0	-	28	28	(8)	-	-
Total		50.712	4.292	55.004	(145)	8.270	(165)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo. Em 2020 foram renegociadas R\$ 6.957 de operações de crédito (R\$ 4.327 em 2019).

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2020	2019
Saldo Inicial	165	-
Constituição de provisão	-	165
Reversão de provisão	(20)	-
Total	145	165

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2020	2019
Comissões e Corretagens a receber (a)	4.102	3.163
Total	4.102	3.163
Ativo circulante	4.102	3.163

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

b. Diversos

	2020	2019
Créditos tributários (nota 9)	33.413	29.528
Devedores por depósito em garantia (a) (nota 14)	1.694	14.634
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	10.870	4.915
Operações a liquidar com bolsa	8.032	436
Impostos e contribuições a compensar (b)	8.371	708
Outros créditos (nota 6)	-	293
Devedores diversos	323	80
Outros	204	62
Total	<u>62.907</u>	<u>50.656</u>
Ativo circulante	25.867	21.120
Ativo não circulante	37.040	29.536

(a) Em 2019, refere-se substancialmente a um depósito cível de cumprimento provisório de aproximadamente R\$ 13.654. Em outubro de 2020 este depósito foi levantado em favor do reclamante (nota 14.ii) com a consequente liquidação.

(b) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.

9 Ativos fiscais correntes e diferidos

Em consonância com a resolução 4.482/20, emanada pela CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições:

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco, líquidos do passivo fiscal diferido, e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2020
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	358	25	-	383
Provisão devedores duvidosos	87	-	(9)	78
Processos cíveis	6.459	-	(6.115)	344
Processos fiscais	90	228	-	318
Bônus	1.028	1.639	-	2.667
Outras adições temporárias	1	2.108	-	2.109
Ajuste valor de mercado negativo (TVM)	-	104	-	104
Ajuste valor de mercado positivo (TVM)	8	(77)	-	(69)
Ajuste valor de mercado (NDF)	(381)	410	-	29
Total referente a diferenças temporárias	7.650	4.437	(6.124)	5.964
Prejuízo fiscal compensável e base negativa	21.878	5.572	-	27.450
Total	29.528	10.009	(6.124)	33.413

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 19,3% em 2021, 7,4% em 2022, 13,6% em 2023, 21,2% em 2024, 24,7% em 2025 e 13,9% em 2026.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R\$ 31.171 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 22.970 em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui o montante de R\$33.413 ativados referente a créditos tributários (R\$29.528 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía R\$25 de créditos tributários não ativados (zero em 2019), enquanto que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$422 (R\$388 em 2019).

10 Outros valores e bens

	2020	2019
Despesas antecipadas (a)	6.123	20.118
Bens não de uso próprio	3.101	3.101
Total	9.224	23.219
Provisão com bens não de uso próprio	(28)	(28)
Total	9.196	23.191
Ativo circulante	4.805	4.148
Ativo não circulante	4.419	19.043

(a) Em 2019, representava, principalmente, ao sign bônus de exclusividade pagos à Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda. (“Capital”), no montante de R\$ 16.832, referente ao contrato de acordo operacional assinado em 03 de julho de 2019.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	2020			2019
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.449	(2.141)	3.308	2.841
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.027	(2.450)	577	1.236
Veículos	10%	140	(140)	-	19
Equipamentos de segurança	20%	101	(66)	35	55
Total		8.717	(4.797)	3.920	4.151

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	2020			2019
		Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis	(a)	65.276	(8.280)	56.996	53.051
Ágio na combinação de negócios	(b)	80.327	(5.637)	74.690	26.015
Ágio na aquisição de investimentos (c)	20%	673	(617)	56	190
Total		146.276	(14.534)	131.742	79.255

- (a) Em 2020, representa substancialmente os intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R\$17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*) (R\$33.060 em 2019 com base em um estudo preliminar), segregados em: R\$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R\$ 4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R\$ 17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*), segregados em: R\$ 7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R\$10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11%.
- (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R\$ 41.832 e R\$ 38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11%.
- (c) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. Em outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$ 59.779, dos quais R\$ 28.329 foram pagos e o residual, R\$ 31.450 será pago em 04 parcelas anuais (vide a e b acima).

Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$ 56.296, dos quais R\$ 25.648 foram pagos e o residual, R\$ 30.648 será pago em 04 parcelas anuais e consecutivas e uma parcela adicional três anos posterior a data da penúltima parcela (vide a e b acima).

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

	2020			Total	2019
	À vista	A prazo			Total
Vencimentos		não ligadas	ligadas		
Sem vencimento	50.654	-	-	50.654	24.723
Até 30 dias	-	1.167	-	1.167	-
De 31 a 60 dias	-	20	-	20	-
De 91 a 180 dias	-	204	1	205	154
De 181 a 360 dias	-	65.956	1.965	67.921	81
Acima de 360 dias	-	21.121	48	21.169	4.885
Total	50.654	88.468	2.014	141.136	29.843
Passivo circulante				119.967	24.958
Passivo não circulante				21.169	4.885

b. Composição por segmento de mercado

Composição	2020			2019
	À vista	A prazo	Total	Total
Entidades ligadas	1.249	2.014	3.263	3.896
Governo	558	-	558	587
Pessoas físicas	43.815	65.760	109.575	19.978
Pessoas jurídicas	5.032	22.708	27.740	5.382
Total	50.654	90.482	141.136	29.843

c. Concentração por depositantes

Composição	Junho 2020			Dezembro 2019
	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	15.900	26.175	42.075	15.916
50 seguintes	18.926	28.320	47.246	9.369
Demais	15.828	35.987	51.815	4.558
Total	50.654	90.482	141.136	29.843

13 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2020	2019
IOF a recolher	22	1.025
Impostos e contribuições a recolher	2.123	3.095
Provisão para imposto e contribuições diferidos	-	29
Total	2.145	4.150
Passivo circulante	2.145	4.150

b. Diversas

	2020	2019
Provisão para riscos (nota 14)	2.337	15.349
Despesas de pessoal	8.039	3.835
Fornecedores	1.467	1.483
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	121	50
Credores diversos (a)	57.388	33.773
Outros	1	-
Total	69.353	54.490
Passivo circulante	23.997	26.947
Passivo não circulante	45.356	28.543

(a) R\$ 25.465 (R\$ 31.450 em 2019) referem-se as parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional e R\$ 31.019 referem-se as parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11.b).

c. Negociação e intermediação de valores

	2020	2019
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	8.380	1.590
Comissões e corretagens a pagar	4.414	2.772
Total	12.794	4.362
Passivo circulante	12.794	4.362

14 Provisões e passivos contingentes

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2020	201	14.352	796	15.349
Movimentação do exercício refletida no resultado	521	(13.587)	54	(13.012)
Atualização / encargos	15	558	78	651
Constituição	506	-	422	912
Pagamento	-	(14,145)	-	(14,145)
Reversão	-	-	(446)	(446)
Saldo Final 31/12/2020	722	765	850	2.337
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2020 (nota 8 b.)				1.694

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 53 (R\$ 52 em 2019), e de base de ISS no montante de R\$ 653 (R\$ 148 em 2019). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Em outubro de 2020 foi levantado o depósito judicial em favor do reclamante com a consequente liquidação da ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. (vide nota 8 b.).
- (iii) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2020	2019
Cíveis (a)	51.433	5.277
Trabalhistas	638	1.288
Fiscais (b)	7.012	6.981
Total	59.083	13.546

- (a) Refere-se a ação indenizatória civil no valor de R\$25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa pois a autora incluir no polo passivo, todos os que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré. E ação de reintegração de posse de bens móveis no valor de R\$20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás.
- (b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspensão da cobrança, aguardando julgamento.

15 Partes relacionadas

O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2020 essa remuneração foi de R\$ 1.659 (R\$ 1.554 em 2019).

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: Andbank Bahamas, AndPrivate Wealth S.A. (Suíça), Andbank Advisory LLC (Miami) e Andbank Luxemburgo.

O Banco manteve no exercício saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	51	228	27	348
Valores a pagar	-	(40)	-	(5)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	221	716	105	1.563
Deposito a vista	(932)	-	(29)	-
Valores a pagar	(121)	(1.021)	(50)	(585)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	232	623	1.719	74
Instrumento Financeiro Derivativo	3.333	8.215	8.969	34.525
Valores a receber	8.242	4.327	3.915	1.916
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a pagar	-	-	-	(46)
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber	1.314	632	124	86
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber	1.043	98	714	714
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	(42)	-	(599)	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(317)	-	(3.169)	-
Depósito à prazo	(2.014)	-	(98)	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	3.333	8.215	8.969	34.525
Total Deposito em moeda estrangeira	232	623	1.719	74
Total a receber - Outros Créditos Diversos	10.871	6.001	4.885	4.627
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(121)	(1.061)	(50)	(636)
Total Depósito à Vista	(1.291)	-	(3.797)	-
Total Depósito à Prazo	(2.014)	-	(98)	-

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui R\$ 82 (zero em 2019) em empréstimo concedido à Diretor da instituição. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 esta composto por 442.268.980 ações ordinárias (375.313.370 em 2019), sem valor nominal.

Em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 66.955.610 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R\$ 30.155. Com o aumento, o capital social passou de R\$ 221.716 para R\$ 251.871. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2021.

Em 15 de fevereiro de 2019, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através do processo de incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. Em decorrência da incorporação, o capital social foi aumentado em R\$ 571 (vide nota 1) passando para os atuais R\$ 221.716, mediante a criação de 1.150.680 (um milhão, cento e cinquenta mil e seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Andorra Banc Agricol Reig S.A., o qual passou a ser o único acionista do Banco. O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

b. Reservas de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda. (vide nota 1 e 16.a.), foi constituída reserva de reavaliação no valor de R\$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 105 de desvalorização e de R\$ 36 em 31 de dezembro de 2019 de valorização.

17 Receitas de prestação de serviços

	2º. semestre		
	2020	2020	2019
Rendas de intermediação (a)	24.138	40.482	18.395
Remuneração operação estruturada (b)	1.326	3.785	5.904
Rendas de serviços de custódia	734	1.106	791
Rendas de corretagem de câmbio	365	840	915
Rendas de garantias prestadas	11	53	84
Tarifas bancárias	-	-	19
Total	26.574	46.266	26.108

- (a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.
- (b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	2º. semestre		
	2020	2020	2019
Proventos	(9.865)	(18.814)	(12.566)
Encargos Sociais	(2.502)	(5.468)	(3.768)
Benefícios	(1.953)	(3.520)	(2.624)
Pro labore	(832)	(1.661)	(1.557)
Remuneração de estagiários	(173)	(345)	(309)
Treinamento	(32)	(67)	(75)
Total	(15.357)	(29.875)	(20.899)

19 Outras despesas administrativas

	2º. semestre 2020	2020	2019
Serviços do sistema financeiro (a)	(16.352)	(28.788)	(12.589)
Processamento de dados (c)	(14.146)	(21.722)	(5.818)
Serviços técnicos especializados (b)	(2.236)	(3.030)	(2.287)
Aluguéis	(1.329)	(2.515)	(1.659)
Serviços de terceiros	(220)	(395)	(1.011)
Comunicações	(526)	(869)	(974)
Publicação	(1)	(100)	(105)
Viagens	(31)	(97)	(600)
Transporte	(80)	(126)	(103)
Outras	(1.774)	(3.207)	(2.138)
Total	(36.695)	(60.849)	(27.284)

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.
- (c) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos.

20 Outras receitas operacionais

	2º. semestre 2020	2020	2019
Reversão de provisões operacionais	14.846	14.961	915
Prestação de serviços exportação (a)	3.113	4.648	2.569
Variações monetárias ativas	91	346	857
Interbancária	6	11	-
Recuperação de despesas (b)	868	6.788	54
Outras receitas operacionais	13	14	237
Total	18.937	26.768	4.632

- (a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.
- (b) Representa ressarcimento de custos incorridos no desenvolvimento e implantação de processos e softwares gerado internamente.

21 Outras despesas operacionais

	2º. semestre		
	2020	2020	2019
Liquidação ação fiscal	(13.927)	(13.927)	-
Amortizações e depreciações	(5.188)	(11.027)	(3.783)
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	(407)	(1.060)	(1.258)
Reversão de depósitos judiciais	(230)	(230)	(71)
Interbancária	(5)	(11)	(4)
Variação monetária passiva	(7)	(506)	(33)
Outras	(3.203)	(3.937)	(998)
Total	(22.967)	(30.698)	(6.147)

22 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes da tributação	14.587	(3.922)	14.587	(3.922)
<u>Efeitos das adições/exclusões</u>				
Adições permanentes	6.388	1.509	6.388	1.509
Adições temporárias	15.505	5.911	15.505	5.911
Exclusões temporárias	(19.444)	(3.081)	(19.444)	(3.081)
Exclusões definitivas	(25)	(68)	(25)	(68)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	-	349	-	349
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	(105)	-	(105)
Imposto diferido	2.111	472	1.688	2.691
Base de cálculo	-	244	-	244
Alíquotas efetivas:				
- Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	-	(37)	-	-
- Contribuição social corrente - (20%)	-	-	-	(37)
Resultado do imposto de renda e contribuição social	-	(37)	-	(37)

23 Participações em Controladas

Em 15 de fevereiro de 2019, a Andbank DTVM incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

Saldos de Balanço

Andbank Financeira	2019	2018
Disponibilidade	370	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	156
Outros Créditos	196	-
Outros Valores e Bens	27	-
Permanente	65	716
Total do Ativo	658	872
Outras Obrigações	47	2
Patrimônio Líquido	611	870
Total do Passivo	658	872

Demonstrações dos Resultados

Andbank Financeira	2019	2018
Resultado bruto da intermediação financeira	-	450
Outras receitas/despesas operacionais	(260)	326
Resultado operacional	(260)	776
Imposto de renda e contribuição social	-	(242)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(260)	534

24 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 16,1% (36,7% em 31 de dezembro de 2019).

	2020	2019
Capital Principal antes das deduções	254.613	224.669
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(217.053)	(135.925)
Patrimônio de Referência (PR)	37.560	88.744
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(18.869)	(69.410)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	18.691	19.334

- b.** O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 204.559 em 31 dezembro de 2020 (R\$ 106.707 em 2019).
- c.** A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos.
- d.** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.
- e.** A Administração avaliou os impactos ocasionados referente a situação atual da pandemia do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. E julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão. Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- Formulário de referência; e
- Notas explicativas às demonstrações financeiras.

25 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

26 Resultados não recorrentes

Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

Resultado do exercício findo em 31/12/2020	(11.058)
--	----------

Resultados não recorrentes

Ressarcimento de despesas de tecnologia (a)	5.920
Impairment plataforma front-end (b)	(925)
Impairment projetos de tecnologia (c)	(10.502)
Resultados recorrentes	(5.551)

- (a) Vide nota explicativa 20 – recuperação de despesas
- (b) Vide nota explicativa 21 – amortizações e depreciações
- (c) Vide nota explicativa 19 – processamento de dados

27 Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2021 foi assinada a escritura pública de compra e venda de bem imóvel com garantia de alienação fiduciária referente ao imóvel localizado no município de Rio Verde, o qual encontrava-se registrado na rubrica outros valores e bens pelo valor de R\$ 2.795 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (vide nota 10). O valor da venda foi de R\$ 6.651, através do recebimento de sinal no valor de R\$2.500 e o saldo residual a ser recebido em 10 parcelas semestrais.

* * *